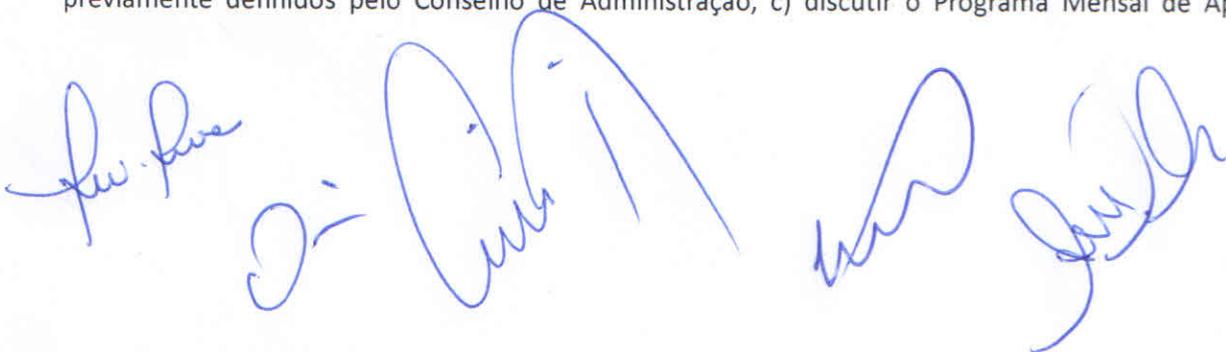
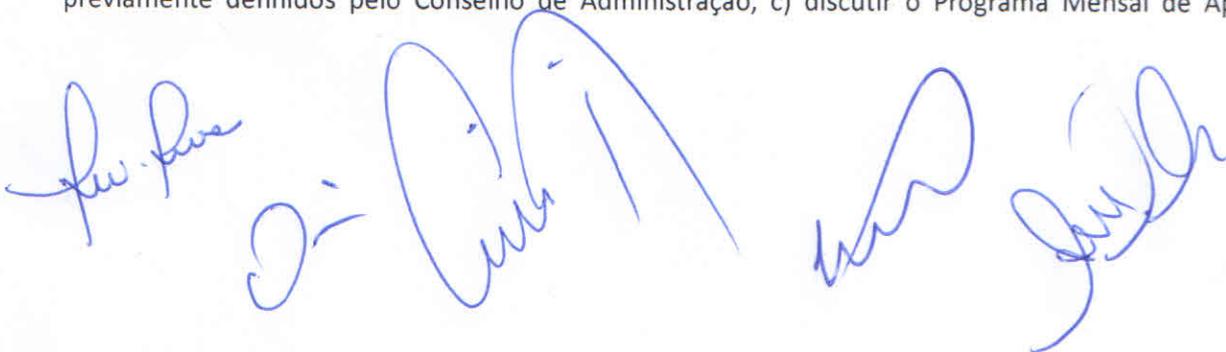


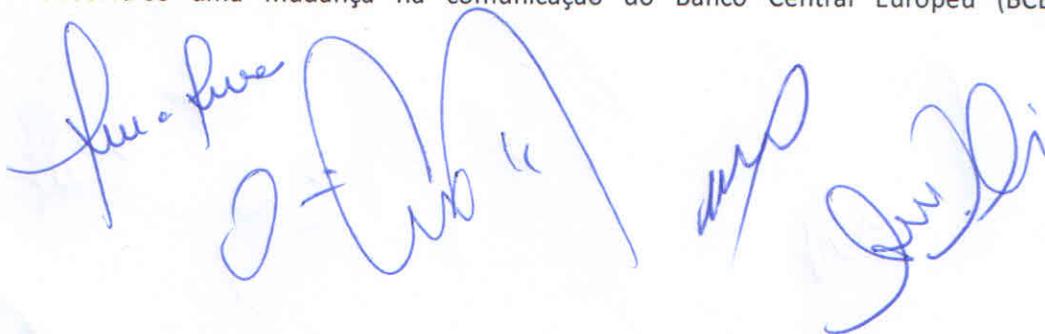
Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e catorze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Osie Hecher, Sirleide da Silva e Silvia Moraes Stefani Lima. Na abertura da reunião, os novos membros do Comitê de Investimentos, receberam as informações sobre o **Processo Decisório dos Investimentos**. Os recursos do IPMU pertencem ao servidor municipal, e ele confia que sejam bem administrados, pois disso depende a sua futura aposentadoria. Os investimentos do IPMU estão sujeitos a regras e limites rígidos, passam por análises prévias e por deliberações de órgão colegiados, não ficando a decisão restrita a uma única pessoa. O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, dispõe, através de resoluções, sobre as regras, limites e segmentos que os Regimes Próprios de Previdência Social podem investir. Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo cabe fiscalizar o cumprimento das regras na área contábil, administrativa, financeira e previdenciária. Ao Ministério da Previdência Social cabe fiscalizar o cumprimento dessas regras e também editar normas complementares, através de Portarias que disciplinam os investimentos dos RPPS, entre elas: obrigatoriedade da elaboração de uma política anual de investimentos, criação de Comitê de Investimentos, certificação dos gestores, seleção e credenciamento de instituições financeiras. Todo esse conjunto de normas visa proteger os recursos dos RPPS e a sua saúde financeira, que é fundamental para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários. Mais recentemente, tornou-se obrigatória também a divulgação de todas essas informações aos servidores municipais. Dessa forma, o IPMU já disponibiliza, através do seu site, uma série de informações: Relatório detalhados das receitas e despesas: carteira de investimentos, política anual de investimentos, relatórios da consultoria financeira, autorizações de aplicações e resgates, locais e datas das reuniões dos órgãos colegiados e as instituições financeiras credenciadas. O Comitê de Investimentos é um órgão auxiliar do Conselho Administrativo nas decisões relativas à gestão dos recursos financeiros, formulando propostas para a gestão eficiente das aplicações financeiras. Também são atribuições do Comitê de Investimentos a elaboração da Política Anual de Investimentos, elaboração de pareceres para a escolha de novos gestores e a análise dos relatórios e demonstrativos financeiros, avaliando o desempenho da carteira de investimentos, procurando obter sempre os melhores resultados com a maior segurança, para valorizar e proteger os recursos que vão garantir os benefícios da previdência e do plano de saúde dos servidores municipais. O Comitê de Investimento visa buscar maior eficiência na atuação do IPMU nos mercados financeiros e de capitais, tendo as seguintes atribuições: a) apreciar os cenários econômico-financeiros de curto, de médio e de longo prazo, b) discutir a Política de Investimentos, respeitando os parâmetros e limites legais, além daqueles previamente definidos pelo Conselho de Administração, c) discutir o Programa Mensal de Aplicações, d)



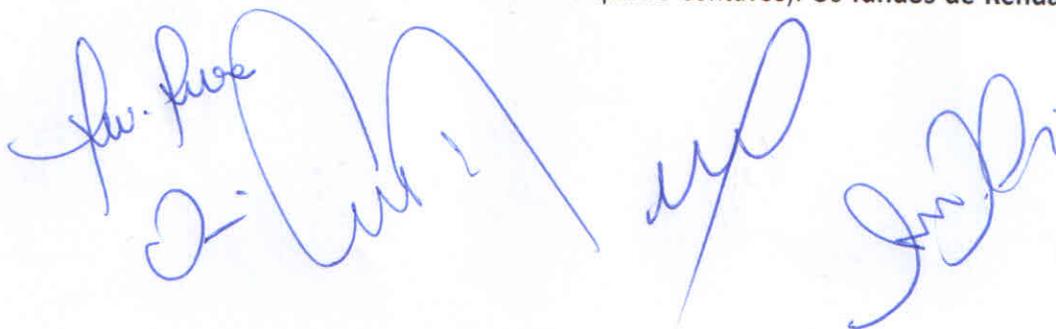
Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e catorze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Osie Hecher, Sirleide da Silva e Silvia Moraes Stefani Lima. Na abertura da reunião, os novos membros do Comitê de Investimentos, receberam as informações sobre o **Processo Decisório dos Investimentos**. Os recursos do IPMU pertencem ao servidor municipal, e ele confia que sejam bem administrados, pois disso depende a sua futura aposentadoria. Os investimentos do IPMU estão sujeitos a regras e limites rígidos, passam por análises prévias e por deliberações de órgão colegiados, não ficando a decisão restrita a uma única pessoa. O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, dispõe, através de resoluções, sobre as regras, limites e segmentos que os Regimes Próprios de Previdência Social podem investir. Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo cabe fiscalizar o cumprimento das regras na área contábil, administrativa, financeira e previdenciária. Ao Ministério da Previdência Social cabe fiscalizar o cumprimento dessas regras e também editar normas complementares, através de Portarias que disciplinam os investimentos dos RPPS, entre elas: obrigatoriedade da elaboração de uma política anual de investimentos, criação de Comitê de Investimentos, certificação dos gestores, seleção e credenciamento de instituições financeiras. Todo esse conjunto de normas visa proteger os recursos dos RPPS e a sua saúde financeira, que é fundamental para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários. Mais recentemente, tornou-se obrigatória também a divulgação de todas essas informações aos servidores municipais. Dessa forma, o IPMU já disponibiliza, através do seu site, uma série de informações: Relatório detalhados das receitas e despesas: carteira de investimentos, política anual de investimentos, relatórios da consultoria financeira, autorizações de aplicações e resgates, locais e datas das reuniões dos órgãos colegiados e as instituições financeiras credenciadas. O Comitê de Investimentos é um órgão auxiliar do Conselho Administrativo nas decisões relativas à gestão dos recursos financeiros, formulando propostas para a gestão eficiente das aplicações financeiras. Também são atribuições do Comitê de Investimentos a elaboração da Política Anual de Investimentos, elaboração de pareceres para a escolha de novos gestores e a análise dos relatórios e demonstrativos financeiros, avaliando o desempenho da carteira de investimentos, procurando obter sempre os melhores resultados com a maior segurança, para valorizar e proteger os recursos que vão garantir os benefícios da previdência e do plano de saúde dos servidores municipais. O Comitê de Investimento visa buscar maior eficiência na atuação do IPMU nos mercados financeiros e de capitais, tendo as seguintes atribuições: a) apreciar os cenários econômico-financeiros de curto, de médio e de longo prazo, b) discutir a Política de Investimentos, respeitando os parâmetros e limites legais, além daqueles previamente definidos pelo Conselho de Administração, c) discutir o Programa Mensal de Aplicações, d)



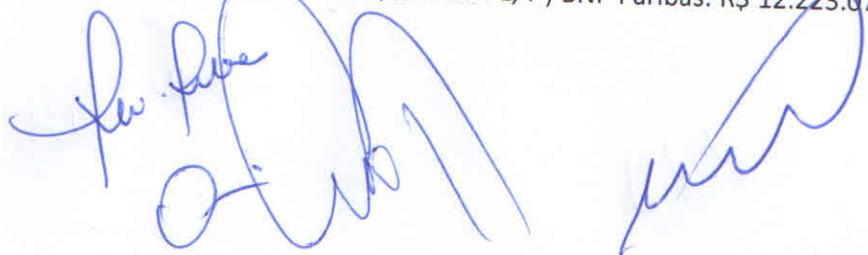
definir os parâmetros a serem utilizados para a macro-alocação; e) propor o percentual máximo (com relação ao total da carteira) a ser conferido a cada administrador/gestor; f) assegurar o enquadramento dos ativos dos planos perante a legislação vigente e propor ao Conselho de Administração quando necessário, planos de enquadramento; g) realizar avaliação do desempenho das aplicações em fundos de investimento de renda fixa administrados por instituições financeiras. **Evolução dos Investimentos.** Depois de um ano difícil como foi 2013, com alta da inflação e dos juros, fatos esses que prejudicaram o desempenho dos investimentos do IPMU, o ano de 2014 vem trazendo resultados bastante positivos, principalmente nos ativos de renda fixa, que são o 'carro chefe' dos investimentos, representando cerca de 95% da carteira. A busca de rentabilidade que atinja a meta atuarial do IPMU, tem sido muito desafiadora, no atual cenário de grande volatilidade. Em 2012 a meta atuarial foi alcançada com folga (12,62% meta/ 25,47% crescimento financeiro), já em 2013 o resultado foi negativo (10,64% meta/ -5,82% crescimento financeiro) e nos primeiros oito meses de 2014 o resultado é positivo (8,24% meta / 10,64% crescimento financeiro), porém o cenário econômico permanece instável. O IPMU tem recursos que são destinados exclusivamente ao pagamento dos benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões). Os servidores e as entidades patronais (PMU / IPMU/ Câmara) contribuem para a formação desse fundo: parte patronal (16,25% alíquota normal e 0,50% alíquota para amortização do déficit atuarial) e parte servidor (11,00%). Nos primeiros oito meses do ano, o IPMU teve um crescimento acumulado de 10,64%, passando o patrimônio de R\$ 195 milhões, no início do exercício, para R\$ 216 milhões no encerramento de agosto. A administração do IPMU mantém em 2014 uma política conservadora, mas buscando a diversificação dos investimentos como estratégia para atingir a meta atuarial. **Carteira de Investimentos 08/2014.** Cenário Econômico e Financeiro. O mercado acionário tem estado altamente especulativo nos últimos meses, e agosto não foi diferente. É um jogo de expectativas, movido pelas pesquisas eleitorais. No Brasil, o aspecto político deve continuar direcionado os ativos, que seguem embalados pela possibilidade mais clara de mudança de governo. Dados de inflação, atividade e emprego no Brasil continuaram a se deteriorar no mês de agosto. Em um período que os investidores deixaram os fundamentos macro econômicos de lado, os principais indicadores do mercado financeiro fecharam o mês com forte alta, contrariando as expectativas mais otimistas. RALI DE AGOSTO. Quem evitou se concentrar em posições conservadoras no início do ano e diversificou a carteira, quando os ventos do mercado começaram a mudar, ganhou muito. Agosto sacramentou o movimento iniciado em março, de forte valorização dos ativos mais voláteis, na esteira do aumento da chance de vitória da oposição na corrida presidencial. Além da bolsa, que disparou na ponta como aplicação mais rentável do ano até o momento, os títulos longos, como as NTN-Bs, papéis públicos indexados à inflação, já alcançam dois dígitos de valorização em 2014. **RENDA FIXA.** O mês de agosto foi mais um mês em que o cenário internacional favoreceu os mercados de renda fixa globalmente. Observa-se uma mudança na comunicação do Banco Central Europeu (BCE), explicitando maiores



preocupações com o risco de deflação na Zona do Euro. Com uma maior probabilidade de afrouxamento monetário do BCE, o ambiente de procura por rendimentos ganhou um novo fôlego. O mercado brasileiro continua sendo impactado positivamente pelo maior apetite por risco dos investidores estrangeiros, em função do largo diferencial de juros oferecido pelos títulos domésticos. **RENDA VARIÁVEL.** Com o melhor desempenho para o mês de agosto desde 2003, a Bolsa, representada pelo Ibovespa, liderou com folga o ranking dos investimentos neste mês. Agosto foi mais um mês positivo para as ações brasileiras, com forte entrada de recursos de investidores estrangeiros (mais de R\$ 2 bilhões). A liquidez internacional elevada segue como um importante propulsor da valorização das bolsas. **Perspectiva.** O mês de setembro será pautado pela disputa eleitoral. O mercado financeiro continuará de olho nos movimentos dos candidatos, e os preços dos ativos serão sensibilizados pelo humor dos agentes econômicos. Os fundamentos macroeconômicos, as tensões geopolíticas, as preocupações com os efeitos que a recuperação da economia norte americana possa causar em nossos mercados, tudo ficou em segundo plano desde o fatídico 13 de agosto. Mas não deveria, porque eles existem e estão aí, apenas foram tirados do foco. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável** no mês de agosto: 9,83% Ibx-50, 9,78% Ibovespa, 8,86% Imobiliário, 7,82% Dividendos, 7,54% Small Caps, 6,91% Ima-B 5+, 4,81% Ima-B total, 2,02% IRFM 1+, 1,59% IRFM total, 1,13% IMA-B 5, 0,86% CDI, 0,84% IRFM 1. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e variável no ano:** 20,40% IMA-b 5+, 18,66% Ibovespa, 18,95% Ibx-50, 16,09% IMA-B Total, 15,22% Dividendos, 11,38% IRFM 1+, 9,76% IRFM Total, 9,41% IMA-B 5, 9,15% Imobiliário, 6,92% IRFM 1, 6,87% CDI e 1,02% Small Caps. A **Carteira de Investimentos do IPMU**, apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no oitavo mês do ano, elevando o patrimônio financeiro, que passou de **209.682.049,41** (duzentos e nove milhões seiscentos e oitenta e dois mil quarenta e nove reais e quarenta e um centavos) em julho, para **R\$ 216.051.045,81** (duzentos e dezesseis milhões cinquenta e um mil quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos) em agosto. A valorização dos ativos financeiros observada no período foi suficiente para atingir a meta atuarial (rentabilidade mínima necessária para garantir o pagamento futuro dos benefícios previdenciários), que fechou no acumulado em 8,24% enquanto o crescimento financeiro foi de 10,64%. Os **fundos de Renda Fixa** teve valorização de R\$ 19.395.157,90 (dezenove milhões trezentos e noventa e cinco mil cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos), desvalorização de R\$ 2.775.004,03 (dois milhões setecentos e setenta e cinco mil quatro reais e três centavos), resultando no acumulado de R\$ 16.620.153,87 (dezesseis milhões seiscentos e vinte mil cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** teve valorização de R\$ 7.084.215,11 (sete milhões oitenta e quatro mil duzentos e quinze reais e onze centavos), desvalorização de R\$ 1.119.973,27 (um milhão cento e dezenove mil novecentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos), resultando no acumulado de R\$ 5.964.241,84 (cinco milhões novecentos e sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Os **fundos de Renda Variável** teve valorização



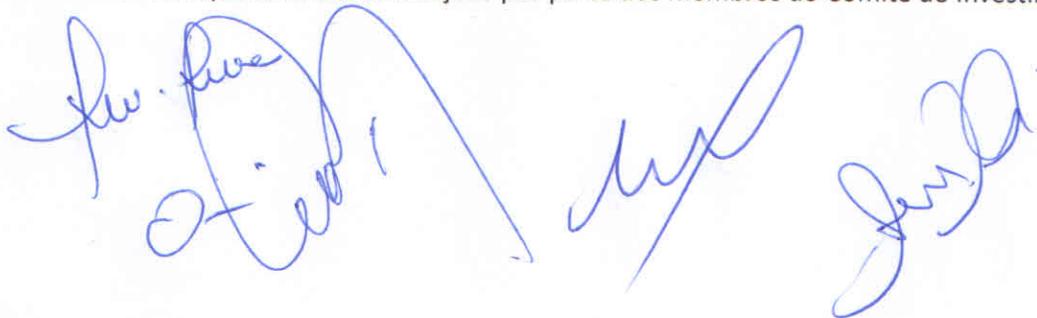
de R\$ 2.753.844,15 (dois milhões setecentos e cinquenta e três mil oitocentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), desvalorização de R\$ 992.178,97 (novecentos e noventa e dois mil cento e setenta e oito reais e noventa e sete centavos), resultando no acumulado de R\$ 1.761.665,18 (hum milhão setecentos e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos). **Diversificação dos investimentos.** A carteira de investimentos apresenta a seguinte forma de alocação: a-) Fundos IMA-B: R\$ 53.988.946,57 (cinquenta e três milhões novecentos e oitenta e oito mil novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) correspondendo a 24,99% do PL; b-) Títulos Públicos IPCA: R\$ 43.233.792,33 (quarenta e três milhões duzentos e trinta e três mil setecentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos) correspondendo a 20,01% do PL; c-) Fundos DI: R\$ 48.193.156,05 (quarenta e oito milhões cento e noventa e três mil cinquenta e seis reais e cinco centavos) correspondendo a 22,31% PL; d-) Fundos Crédito Privado IPCA: R\$ 10.777.398,00 (dez milhões setecentos e setenta e sete mil trezentos e noventa e oito reais) correspondendo a 4,99 do PL; e-) Títulos Públicos IGPM: R\$ 13.981.988,94 (treze milhões novecentos e oitenta e um mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos), correspondendo a 6,47% do PL; f-) Fundos IMA-B 5: R\$ 14.564.048,03 (catorze milhões quinhentos e sessenta e quatro mil quarenta e oito reais e três centavos) correspondendo a 6,74% do PL; g-) Fundos IRFM 1: R\$ 13.630.719,12 (treze milhões seiscentos e trinta mil setecentos e dezenove reais e doze centavos), correspondendo a 6,31% do PL; h-) Fundos Ibovespa: R\$ 8.852.155,13 (oito milhões oitocentos e cinquenta e dois mil cento e cinquenta e cinco reais e treze centavos) correspondendo a 4,14% do PL; i-) Fundos IMA-B 5+: R\$ 4.810.631,74 (quatro milhões oitocentos e dez mil seiscentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos) correspondendo a 2,23% do PL; j-) Fundos Ibx-50: R\$ 3.053.334,17 (três milhões cinquenta e três mil trezentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos) correspondendo a 1,41% do PL; l-) Fundos Small Caps: R\$ 503.811,83 (quinhentos e três mil oitocentos e onze reais e oitenta e três centavos) correspondendo a 0,23% do PL e m-) Fundos Dividendos: R\$ 368.103,91 (trezentos e sessenta e oito reais cento e três reais e noventa e um centavos) correspondendo a 0,17% do PL. **Aplicação de recursos por Instituição Financeira.** Os recursos financeiros do IPMU estão alocados em 08 (oito) instituições: a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 47.431.169,98 (quarenta e sete milhões quatrocentos e trinta e um mil cento e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos) correspondendo a 21,95% do PL; b-) Itaú: R\$ 26.066.878,26 (vinte e seis milhões sessenta e seis mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos) correspondendo a 12,07% do PL; c-) Santander: R\$ 20.548.774,47 (vinte milhões quinhentos e quarenta e oito mil setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) correspondendo a 9,51% do PL; d-) HSBC: R\$ 19.500.553,42 (dezenove milhões quinhentos mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos) correspondendo a 9,03% do PL; e-) Bradesco: R\$ 13.079.930,46 (treze milhões setenta e nove mil novecentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) correspondendo a 6,05% do PL; f-) BNP Paribas: R\$ 12.223.070,55 (doze milhões duzentos e vinte e



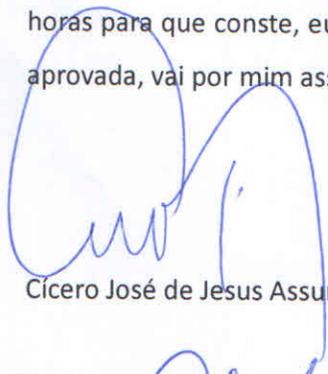
três mil setenta reais e cinquenta e cinco centavos) correspondendo a 5,66% do PL; g-) Banco do Brasil: R\$ 11.087.472,47 (onze milhões oitocentos e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos) correspondendo a 5,13% do PL e h-) Sul América: R\$ 8.897.414,94 (oito milhões oitocentos e noventa e sete mil quatrocentos e catorze reais e noventa e quatro centavos) correspondendo a 4,12% do PL. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 57.215.781,27 (cinquenta e sete milhões e duzentos e quinze mil setecentos e oitocentos e um reais e vinte e sete centavos) correspondendo a 26,48% do PL.

**Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Todas as aplicações financeiras estão enquadrados conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** A grande volatilidade dos mercados, tanto no segmento de "renda fixa" quanto no segmento de renda variável tem dificultado na performance das aplicações quanto comparadas à meta atuarial. No fechamento do mês, treze aplicações financeiras conseguiram superar a meta atuarial, enquanto onze aplicações financeiras ficaram abaixo da meta atuarial no acumulado: Caixa IMA-B 5+ (20,37%/ 247,27% da meta atuarial), HSBC IPCA IMA-B (17,64%/ 214,11% da meta atuarial), Santander Ibovespa (16,38%/ 198,83% da meta atuarial), Caixa IBRX-50 (15,75%/ 191,23% da meta atuarial), Itaú IMA-B (15,75%/ 191,23% da meta atuarial), Santander IMA-B (15,50%/ 188,18% da meta atuarial), BNP Paribas IMA-B (15,49%/ 188,09% da meta atuarial), SulAmérica IMA-B (15,433%/ 187,29% da meta atuarial), HSBC Ibovespa Ativo (14,61%/ 177,34% da meta atuarial), Títulos 2015 (9,39%/ 113,97% da meta atuarial), Santander IMA-B 5 (9,24%/ 112,17% da meta atuarial), Títulos 2024 (9,18%/ 111,41% da meta atuarial), Itaú IMA-B 5 (9,11%/ 110,66% da meta atuarial), Caixa Brasil IPCA X (7,32%/ 88,92% da meta atuarial), Caixa Brasil IPCA XII (7,17%/ 87,06% da meta atuarial), Santander Corporate DI (6,96%/ 84,53% da meta atuarial), Caixa Brasil DI (6,91%/ 83,89% da meta atuarial), Bradesco Federal Extra DI (6,78%/ 82,31% da meta atuarial), Santander IRF-M 1 (6,75% / 81,94% da meta atuarial), Brasil IRFM 1 (6,70%/ 81,33% da meta atuarial), SulAmérica Total Return (6,52%/ 79,23% da meta atuarial), Títulos 2021 (6,21%/ 75,45% da meta atuarial), Santander Small Caps (6,06%/ 73,65% da meta atuarial) e Brasil Dividendos (3,86%/ 46,84% da meta atuarial).

**Avaliação da Carteira de Investimentos, realizada pela empresa de consultoria financeira CRÉDITO E MERCADO, conforme Processo IPMU/084/2014,** com o objetivo de analisar a composição de carteira visando uma diversificação mais eficiente da carteira, com melhor qualidade em risco, retorno, liquidez e taxas de administração. O relatório da consultoria e as deliberações do Comitê de Investimentos anterior, será discutido na próxima reunião ordinária que será realizada no dia 10 de outubro de 2014. **Estratégia de aplicação.** É importante ressaltar que a análise dos resultados dos investimentos no intervalo de um mês não é suficiente para que seja feita uma decisão consciente sobre qual aplicação escolher. Investir olhando no retrovisor é fácil, mas pode ser uma estratégia errada, afinal, como diz um dos principais lemas das finanças pessoais: rendimento passado não é garantia de retorno futuro. Após diversas colocações por parte dos membros do Comitê de Investimentos, principalmente



com relação a volatilidade no curto prazo no cenário econômico e financeiro, foi deliberado por unanimidade a manutenção da carteira de investimentos e a aplicação dos recursos referentes à contribuição previdenciária no fundo Santander Corporate DI. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião as onze horas para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.



Cícero José de Jesus Assunção



Osie Hecher



Sirleide da Silva



Flávio Bellard Gomes



Sílvia Moraes Stefani Lima